

# Comparando os Dois “Grandes Jogos”: Será o “Novo Grande Jogo” um Conceito Válido?

Paulo Duarte

*Doutorando em Relações Internacionais (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Lovaina e Licenciado em Comunicação Social e Cultural pela Universidade Católica Portuguesa. É investigador no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e no Instituto do Oriente. Pode ser contactado através do e-mail duartebrardo@gmail.com*

## Resumo

Este artigo analisa os conceitos de *Grande Jogo* e de *Novo Grande Jogo* que, apesar de separados temporalmente, captam a nossa atenção para uma região de extrema importância no sistema internacional: a Ásia Central.

Inicialmente, fará alusão às origens do *Grande Jogo*, que outrora opôs o império russo ao britânico na disputa pelo controlo da Ásia Central. Posteriormente, abordará a noção de *Novo Grande Jogo*. Que atributos possui a região para que chineses, americanos e russos aí se envolvam tão activamente? Esta e outras questões serão abordadas na segunda parte, a par da temática da segurança energética.

Analisando os objectivos, actores, locais e métodos utilizados, por ambos os jogos, é defendida a tese de que mais forte que os laços que os unem, parece ser aquilo que os ‘separa’. Por outro lado, o conceito de *Novo Grande Jogo* pode revelar-se desajustado à essência da realidade que pretende transmitir, por se referir a eventos radicalmente diferentes dos que ocorreram no *Grande Jogo*.

## Abstract

### Comparing the Two Great Games: Is the New Great Game a Valid Concept?

*This paper analyzes the concepts of Great Game and New Great Game that, although separated in time, capture our attention to a region of extreme importance in the international system: Central Asia.*

*Which special attributes has the region so that Chinese, Russians and Americans be so actively implicated there? This and other questions will be addressed in this paper, which will look at the issue of energy security. The paper also discusses the objectives that move the various actors, as well as the issue of the ‘black gold’ diplomacy.*

*Examining the objectives, actors, locations and methods used by both games, this paper argues that stronger than the bonds that unite them, it seems, instead, to be what ‘separates’ the New and the former Great Game. In this context, the concept of the New Great Game may prove inadequate to the essence of the reality it wants to describe, as it refers to events completely different from those that occurred in the original Great Game.*



### O Face a Face com a História: as Origens do Conceito

Ao longo dos tempos, a Ásia Central tem sido objecto de rivalidades e maquinações por parte dos grandes poderes. Durante o século XIX, a Inglaterra receava que uma outra potência europeia pudesse tirar proveito da decadência política da Ásia islâmica. Começou por ser a França. Depois, foi a vez da Rússia avançar ao longo das rotas das caravanas dos antigos conquistadores, ameaçando estabelecer uma nova monarquia mundial. A Inglaterra, por sua vez, mostrava-se apreensiva face às consequências da marcha contínua do império russo para o sul da Ásia. No último quarto do século XIX, “era relativamente consensual, na Europa, que a próxima grande guerra – a inevitável guerra – seria o confronto final entre a Inglaterra e a Rússia” (Fromkin, 1980: 936).

A Rússia czarista do século XIX era vista com alguma ambivalência, pelos ingleses. A sua distância cultural, bem como o seu atraso tecnológico, eram tidos como incompatíveis com o progresso da Inglaterra vitoriana. Por outro lado, a enorme dimensão do império russo e as suas ambições expansionistas constituíam motivo de inquietação para os britânicos, que observavam de perto os passos do rival. Na verdade, a Inglaterra temia que a ‘jóia da coroa’, que era na época a Índia, caísse nas mãos dos russos. Tais receios intensificavam-se à medida que aqueles pareciam apoderar-se de um número cada vez maior de canatos. Os britânicos acreditavam que o Afeganistão seria a etapa seguinte na estratégia da Rússia, antes desta tomar definitivamente a Índia. Face a tal apreensão, a Inglaterra decretou a Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842), um dos primeiros e mais importantes conflitos do *Grande Jogo* e, simultaneamente, um infortúnio para os britânicos, que acabaram por não conseguir estabelecer no Afeganistão um regime político favorável aos seus interesses. Depois de uma humilhante retirada de Cabul, as ambições inglesas face ao Afeganistão esfriaram. Contudo, o país continuava, aos olhos dos britânicos, a revelar-se uma peça-chave na estratégia de contenção do expansionismo russo.

### O Conceito de *Grande Jogo*

*O que foi afinal o Grande Jogo?*

A interacção, conflitualidade e divergência de interesses regionais e globais, culminou na era moderna, naquilo a que Arthur Conolly apelidou de “*Grande Jogo* de busca de poder e influência na região” (Lansford, 2002: 128). No fundo, o *Gran-*

*de Jogo* tem que ver com a rivalidade colonial e estratégica entre os impérios Russo e Britânico pela supremacia na Ásia Central, no século XIX, e que levou, entre outros aspectos, à criação do actual Afeganistão como estado-tampão. O Tratado Russo-Persa de 1813 e a Convenção Anglo-Russa de 1907 são os dois marcos históricos que delimitam temporalmente o *Grande Jogo*, apesar de este ter revestido uma conflitualidade menos intensa a partir da Revolução Bolchevique de 1917 (Kelly, 2000).

Ainda que Arthur Conolly (oficial da Companhia Britânica das Índias Orientais) seja considerado o pai do *Grande Jogo*, foi o escritor Rudyard Kipling, através da sua novela *Kim* (1901), quem introduziu este conceito junto das massas. O *Grande Jogo* foi uma disputa, conduzida por duas potências imperiais, pelo domínio político, controlo e segurança, dos territórios localizados entre os impérios russo e britânico. Para a Rússia, o controlo do Afeganistão e das regiões circundantes representou um passo importante, no sentido de garantir o acesso às águas quentes do Oceano Índico. Em consequência, os russos conquistaram os territórios que viriam a dar origem, mais tarde, ao Cazaquistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. No entendimento britânico, o controlo da região era indispensável para garantir a protecção de todas as colónias indianas.

O *Grande Jogo* foi contemporâneo da industrialização inglesa, o que explica, entre outros aspectos, que a frota de Sua Majestade se munisse de meios mais sofisticados. Contudo, tal modernização não poderia garantir que, em caso de ataque russo aos bens ingleses na Índia, os britânicos pudessem reagir rapidamente, e com uma capacidade de fogo razoável. Estas considerações de ordem prática e militar, vieram, no fundo, impulsionar o envio de missões de exploração à Índia, assim como o desenvolvimento da cartografia da região. Por outro lado, elas são responsáveis pelo estabelecimento de alianças instáveis com déspotas locais, de modo a facilitar a penetração inglesa numa zona onde o inimigo russo se movia perigosamente. Apesar da conflitualidade e rivalidades inerentes ao *Grande Jogo*, importa sublinhar que a Rússia e a Inglaterra nunca declararam guerra aberta entre si. Na verdade, o *Grande Jogo* desenrolou-se de modo ‘silencioso’ e secreto, em lugares longínquos, no coração da Ásia Central – uma área, até então, incógnita para os dois rivais. Por outro lado, a ‘temível’ invasão, esperada de uma parte e da outra, nunca chegou a concretizar-se. Vale a pena citar David Fromkin, para quem “a natureza da disputa tem sido descrita das mais variadas formas” (Fromkin, 1980: 941). Se o “*Grande Jogo* resultou de desentendimentos complexos entre a Inglaterra e a Rússia”, este autor informa que “o peso a atribuir a cada uma das causas da rivalidade russo-britânica é ainda objecto de discórdia entre os historiadores” (Fromkin, 1980: 941).

O *Grande Jogo* comportou três fases principais (Hopkirk, 2002). A primeira teve início com a expansão do império russo no Cáucaso e na Ásia Central, no fim do século XVIII e começo do XIX, gerando sinais de alarme na Companhia das Índias Orientais, poder *de facto* na Índia. Receando as intenções da Rússia, a Companhia enviou oficiais para explorar o caminho, por terra, até à fronteira norte da Índia. Durante o século XIX, o governo britânico procurou envolver-se de forma mais intensa nas questões centro-asiáticas, convertendo o *Grande Jogo*, até então de natureza privada, numa componente essencial da defesa do império, bem como da política estrangeira e colonial. Os métodos então utilizados englobavam o recurso a agentes secretos, combinado, ocasionalmente, com uma acção militar ostensiva. Esta primeira fase do *Grande Jogo* terminou em 1907, com a assinatura da Convenção Anglo-Russa.

Por sua vez, a segunda fase do *Grande Jogo* durou cerca de dez anos – de 1907 a 1917. Os métodos utilizados eram essencialmente os mesmos da fase precedente: o recurso a agentes secretos que procuravam manipular tribos e populações locais.

Por fim, a terceira fase do *Grande Jogo* seguiu-se à revolução russa de 1917, quando os bolcheviques, sob o comando de Lenine, estabeleceram “libertar, por meio de revolta armada, a Ásia inteira da dominação imperialista” (Hopkirk, 2002: 61). Esta terceira fase teve como resultado a consolidação do poder bolchevique sobre os antigos domínios czaristas. Independentemente dos objectivos individuais ou do destino dos diferentes actores, o principal objectivo – a segurança e o poder dos dois impérios – permaneceu constante.

### **Entre o Mito e a Realidade**

À parte as divergências entre ingleses e russos, que estiveram na origem de incidentes bélicos, a historiografia tem tendência a mitigar o dramatismo que, de certo modo, se instalou à volta do *Grande Jogo*. Gerald Morgan, por exemplo, ao analisar os factos outrora ocorridos na Ásia Central, concluiu que não existem provas da existência efectiva de uma rede de inteligência britânica naquela região. Este autor acredita que as diligências que a Inglaterra efectuou, no sentido de recolher informações sobre as movimentações do rival russo, foram episódios esporádicos. Na pior das hipóteses, como sublinha G. Morgan, as escaramuças e intrigas que se verificaram entre um e outro império não passam de meros rumores infundados que, aliás, “sempre foram moeda corrente na Ásia Central, aplicando-se tanto à Rússia como à Grã-Bretanha” (Morgan, 1973: 64).

Um outro autor, Malcolm Yapp, não hesita, igualmente, em contribuir para a desmistificação da 'aura' criada em torno do *Grande Jogo*. O título do seu livro é, aliás, elucidativo: *A lenda do Grande Jogo*. A obra de M. Yapp representa um contributo importante para a análise da rivalidade anglo-russa na Ásia Central, já que veio adicionar mais peças ao *puzzle* do conhecimento do *Grande Jogo*. De acordo com este autor, os britânicos haviam utilizado a expressão *O Grande Jogo*, nos finais dos anos 1800 para precisar certos aspectos que, apesar de relacionados com os interesses da Inglaterra na Ásia do século XIX, nada têm que ver com a forma como o *Grande Jogo* tem sido entendido. De facto, o autor acredita que a preocupação fundamental das autoridades britânicas na Índia se centrava essencialmente no controlo da população local, em vez de procurar impedir a invasão do império russo (Morgan, 2001). Malcolm Yapp não nega que a Rússia do século XIX tivesse ambições expansionistas. Contudo, o autor coloca, sobretudo, a ênfase na prioridade que representava, aos olhos da Inglaterra vitoriana, o controlo interno da Índia, por oposição às ameaças externas susceptíveis, eventualmente, de minar os interesses ingleses na esfera regional. A esse respeito, M. Yapp refere que, ao analisarmos a história do império britânico na Índia e no Médio Oriente, ficaremos certamente impressionados quer com a sua proeminência, quer com o irrealismo dos seus debates estratégicos.

### **O Conceito de Novo Grande Jogo**

#### *As Origens do Conceito*

Depois da velha versão do *Grande Jogo* ter entrado nos anais da História, uma outra emergiu: *O Novo Grande Jogo*.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a balança de poder no mundo mudou em favor dos Estados Unidos, que assim se substituíram à Grã-Bretanha enquanto potência mundial. De ora em diante, Washington procuraria não só conter o inimigo soviético, mas também afirmar a sua influência no Médio Oriente, cobiçando o 'ouro negro', assim como outros recursos indispensáveis ao crescimento e consolidação da grande potência. Este período é frequentemente designado pelos comentadores de geopolítica como o *Novo Grande Jogo* (Edwards, 2003). Trata-se de um termo utilizado para "descrever a geopolítica moderna na Ásia Central, que se caracteriza por uma competição entre os Estados Unidos, o Reino Unido e outros países da NATO, contra a Rússia, a China e outros estados da Organização de Cooperação de Xangai, pela influência,

poder e hegemonia na Ásia Central e no Transcáucaso” (Edwards, 2003: 85). É uma referência ao *Grande Jogo* que, como já dito, foi uma rivalidade política entre o império russo e o império britânico, no século XIX. Contudo, no *Novo Grande Jogo*, a competição não se centra no controlo efectivo de uma área geográfica (neste caso, a Ásia Central). A rivalidade concentra-se, antes, naquilo a que muitos analistas chamam a ‘política regional do petróleo’. A esse respeito, Shareen Brysac e Karl Meyer afirmam que “os oleodutos, as rotas dos petroleiros, os consórcios de petróleo, e os contratos celebrados, são as recompensas do *Novo Grande Jogo*” (Brysac, 1999: 23).

Segundo Nelson Olic, o “Grande Jogo da actualidade” está ligado ao facto de “nos últimos quinze anos, a descoberta de novas e promissoras reservas de hidrocarbonetos (gás natural e petróleo)” ter vindo a aguçar “os interesses de países e grandes multinacionais, não só pela sua exploração, mas também pelo seu escoamento para mares abertos” (Olic, 2004: 2). Tal jogo foi reactivado a partir de 1992-1993 pelos americanos, que se aproveitaram da queda da URSS e da debilidade da Rússia de Yeltsin, tendo como meta primordial impedir o renascimento desse seu grande rival. Na prática, Washington contava aumentar a sua presença nos estados que outrora formavam parte da União Soviética, tal como na antiga Europa de Leste e nos Balcãs. Esse objectivo foi facilitado na medida em que os Estados Unidos (mas também o Irão, a Turquia, a Índia, o Paquistão, a China e, depois, a Rússia) aproveitaram o vazio de poder resultante do colapso da União Soviética para se projectarem na região.

### **A Importância Geopolítica da Ásia Central no Contexto do *Novo Grande Jogo***

Durante séculos, a Ásia Central tem sido o cruzamento da Eurásia. Efectivamente, ela é o ponto de confluência de quatro civilizações que têm, simultaneamente, controlado e sido controladas pelos povos centro-asiáticos. Por outro lado, segundo Xiaojie Xu, “as civilizações que dominam a região têm sido capazes de exercer a sua influência noutras partes do mundo” (Xu, 1999: 33).

A Ásia Central é delimitada pelo Mar Cáspio, Sibéria, Mongólia, Tibete e o Hindu Kush.<sup>1</sup> De acordo com Olivier Roy, “a Ásia Central é uma área de geometria variável, podendo-se referir simplesmente à Transoxiana ou, então, ao espaço cultural definido pelas civilizações turco-persas que se estendem desde Istambul até

---

1 O Hindu Kush é uma cordilheira no Afeganistão e no Paquistão Ocidental, com cerca de 1200 Km de extensão.

ao Xinjiang” (Roy, 2000: 1). Trata-se de uma região interior, rodeada por uma enorme massa de terra que cobre um vasto território de estepes, desertos e montanhas, ocupando um espaço superior ao da Europa Ocidental e cerca de metade da área dos Estados Unidos. A estrutura económica da Ásia Central, assim como as suas características políticas, são bastante marcadas pela sua localização geográfica, mais concretamente, pelo difícil acesso a outras partes do mundo. Por outro lado, como refere Xiaojie Xu, “a sobrevivência dos estados centro-asiáticos depende, essencialmente, da manutenção de vários corredores e elos de ligação incontornáveis” (Xu, 1999: 36).

No que respeita à geopolítica internacional, a Ásia Central é uma das regiões mais importantes do mundo, dado o seu impacto na política e economia das grandes potências. Como indica Zhao Huasheng, ela “forma uma zona intermédia entre as grandes potências, ainda que a Rússia mantenha relações especiais com os países da região” (Huasheng, 2009: 475). Na opinião de vários analistas, “a Ásia Central continua a ser uma peça fundamental no xadrez do poder mundial” (Edwards, 2003: 96). Um dos exemplos mais famosos a este respeito deve-se a Zbigniew Brzezinski, que sugeriu uma versão pós-moderna da doutrina geopolítica Mackinder/Haushofer. Referindo-se à Ásia Central – “os balcãs euro-asiáticos” – como “geopoliticamente relevante por razões de energia, instabilidade sociopolítica e potencial domínio de poder”, Brzezinski afirma que “o principal interesse americano deve ser o de garantir que nenhuma potência se apropriará do controlo deste espaço geopolítico” (Iseri, 2009: 36). Efectivamente, o facto da Eurásia ocupar uma posição central no planeta explica a ‘quase-obstinação’ do autor em defender que “quem controlar esse espaço, dominará o planeta”, ligando, por outro lado, a durabilidade da hegemonia americana à política de Washington na região (Iseri, 2009: 36).

Uma das características da Ásia Central é ser um espaço de competição e rivalidade entre as grandes potências, o que afecta a relação entre estas, assim como a balança de poder, influenciando, desta forma, a estrutura internacional que emergiu após a Guerra Fria. A Geopolítica fornece, naturalmente, uma explicação para tal facto, na medida em que é “largamente determinada pelas dimensões de uma região” (Huasheng, 2009: 475). Na verdade, “as grandes potências necessitam de adquirir uma ampla massa terrestre para exercerem influência no xadrez internacional” (Huasheng, 2009: 475).

Vários autores não hesitam em atribuir à Ásia Central uma “posição de destaque no contexto de uma nova ordem mundial” (Xu, 1999: 33). Não surpreende, portanto, que o *Grande Jogo* tenha sido jogado nesta região durante muito tempo e continue, ainda hoje, a sê-lo.



## A China na Corrida à Energia na Ásia Central

A questão energética é uma força motriz das relações económicas entre Pequim e as repúblicas centro-asiáticas. Na origem dessa constatação está uma outra: a China tem sede de energia. O país pretende, no fundo, “mitigar as vulnerabilidades geopolíticas” de um comércio baseado em importações energéticas, o qual depende das linhas marítimas, e que pode, por essa mesma razão, revelar-se inseguro em caso de bloqueio marítimo (Peyrouse, 2009: 8). Como refere Henry J. Kenny, “já que mais de três quartos das importações chinesas de petróleo passarão pelo Estreito de Malaca por volta do ano 2025, a China tem procurado alternativas” (Kenny, 2004: 43). A Ásia Central, pela sua proximidade geográfica, mas também pelo grande potencial de reservas de petróleo e gás natural, é, não de forma surpreendente, vista por Pequim como uma boa oportunidade no que respeita à importação de recursos energéticos.

Elucidativos, os números comprovam o enorme potencial energético da região. Em termos de percentagens, os cinco países banhados pelo Mar Cáspio possuem cerca de 21,6% do total das reservas mundiais comprovadas de petróleo e 45,6% do total das reservas mundiais comprovadas de gás natural.

Ao falarmos da importância da Ásia Central para o aprovisionamento energético da China, devemos enquadrá-la num contexto mais amplo, que tem que ver, no fundo, com a questão da segurança energética, componente indispensável da segurança de qualquer estado. Tal como sugere Waco Worley, “um país deve ter acesso aos seus recursos energéticos de forma permanente, correndo um risco mínimo de que estes se esgotem” (Worley, 2006: 2). Ora, isto leva a que muitos estados procurem explorar melhor as suas reservas domésticas de energia. Contudo, estas nem sempre são suficientes para assegurar as necessidades energéticas de um país, o que representa, naturalmente, uma fonte de insegurança para o próprio. Segundo W. Worley, “a insegurança energética diminui o poder e a influência de um estado no sistema internacional”, sendo que “sem os recursos energéticos apropriados (domésticos ou não), os estados não se podem tornar potências regionais e, muito menos, mundiais” (Worley, 2006: 2). No caso da China, país emergente (que abriga um quinto da população mundial), a questão da segurança energética é ainda mais premente visto tratar-se de um estado cujas infraestruturas se encontram em processo de modernização.

Ainda de acordo com W. Worley, “uma vez que os países necessitam de energia para sobreviver, tendem, de forma agressiva, a procurar os recursos energéticos que se encontram na posse de outros estados, buscando para o efeito, tantos parceiros quanto possível, de modo a diversificar as suas fontes de energia” (Worley, 2006: 2). À medida que o fazem, eles criam laços (que incluem acordos em matéria

de fronteiras, de comércio e de cultura). Segundo Robert Keohane e Joseph Nye, o estabelecimento deste tipo de laços pode gerar uma cooperação duradoura entre os estados (Keohane e Nye, 2001). No caso da China e das repúblicas centro-asiáticas, isso começa a ser visível. Se, por um lado, Pequim necessita destes países para diversificar as suas fontes energéticas, eles, por sua vez, vêm na China “um mercado dinâmico e acessível às suas exportações, bem como um canal (não russo) vital, através do qual podem fazer circular as suas mercadorias para um mercado internacional mais amplo” (Burlés, 1999: 3).

Existem outros factores que jogam a favor do modo como as repúblicas centro-asiáticas olham para o interesse da China na região. O governo chinês, ao contrário de outros governos, tem vontade e possibilidade de proporcionar uma larga assistência financeira a esses países, o que é absolutamente vital para o desenvolvimento das suas economias. Por outro lado, esse apoio económico não está sujeito a nenhuma ‘exigência democrática’, nem se subordina ao respeito dos direitos humanos, ao contrário das ‘imposições ocidentais’.

Em terceiro lugar, a presença chinesa na Ásia Central oferece um contrapeso útil à presença russa. Efectivamente, “para os estados centro-asiáticos, a existência de duas grandes potências regionais a competir pelo acesso ao petróleo e ao gás é, naturalmente, mais ‘interessante’ do que terem que se sujeitar a uma situação de monopólio russo, como tem sido o caso” (Jackson, 2009: 18). A esse respeito, é de notar que uma rede de oleodutos tem vindo a ganhar forma e que a Rússia parece compreender que a China não é apenas um parceiro ‘útil’ para limitar a influência ocidental na região. Ela é, também, um competidor.

Em quarto lugar, a parceria chinesa com os estados centro-asiáticos é bem-vista pelos próprios já que estes são, à excepção talvez do Cazaquistão, fracos do ponto de vista militar, ao mesmo tempo que enfrentam várias ameaças à sua segurança. Ora, a China tem todo o interesse em prevenir a insegurança na região, nomeadamente no que respeita aos movimentos separatistas. O apoio militar russo à Ásia Central não é, obviamente, novo, mas Pequim tem demonstrado, neste campo, um interesse activo em treinar os exércitos centro-asiáticos e em contribuir para a melhoria do seu equipamento militar. Tudo isto apraz, naturalmente, a estes estados, já que se revela um contrapeso à influência russa (que não é só militar) na região.

### **A Diplomacia do ‘Ouro Negro’**

O isolamento geográfico de diversos novos estados da Ásia Central (entre os quais o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão), o que significa que estes não têm acesso a portos marítimos para escoar os seus produtos, levou a que ti-

vessem de pensar em alternativas capazes de fazer face a tais constrangimentos geográficos. Para que o petróleo e o gás natural cheguem aos mercados de destino, é necessário que estes passem no território de, pelo menos, um país de trânsito. Ora, desde o colapso da União Soviética que vários projectos de oleodutos têm sido negociados e que alguns têm sido implementados (Bahgat, 2006).

Esta diplomacia do ‘ouro negro’ tem várias características. Em primeiro lugar, analisando o contexto histórico, é possível verificar que, durante várias décadas, estes estados centro-asiáticos estavam integrados na antiga União Soviética. Não é, pois, de estranhar que pouco antes destes países se tornarem independentes, todos os oleodutos do Mar Cáspio estivessem sob o comando de Moscovo, ou que a Rússia continuasse a dominá-los no período que se seguiu. Isto porque construir um oleoduto, para não dizer mesmo uma rede de oleodutos, requer compromissos e diligências complexas, não só do ponto de vista financeiro, como também político. Por outro lado, apesar de algumas divergências ocasionais, a Rússia ainda dispõe de laços especiais, quer ao nível cultural, quer económico e político, relativamente a estas antigas repúblicas soviéticas (Torbakov, 2007).

Contudo, a tendência aponta para a possível emergência de uma rede de oleodutos, dado que o sistema russo já não se revela adequado para fazer face à crescente produção de petróleo e de gás natural na região. A este facto, há que juntar o desejo dos países banhados pelo Mar Cáspio em alcançar uma independência política e económica relativamente ao gigante russo. Dito isto, compreende-se que a diversificação da rede de oleodutos se tenha convertido num meio fundamental de redução da influência de Moscovo e, simultaneamente, de garantia da independência destes estados. Em terceiro lugar, a decisão de construir um sistema de oleodutos não se baseia apenas na análise de custos de um projecto. Os interesses geopolíticos desempenham um papel fundamental na escolha dos locais de trânsito dos oleodutos. Um argumento que pesa na decisão de construir estas infraestruturas é o de enfraquecer a influência russa na região, bem como o de privar Teerão de qualquer benefício político ou financeiro. De facto, apesar de o Irão representar uma opção perfeitamente viável no que concerne à exportação de petróleo proveniente do Mar Cáspio para os mercados asiáticos, as relações tensas entre a Comunidade Internacional e Teerão reduzem largamente o interesse por esta possibilidade.

Na diplomacia do ‘ouro negro’ há, no fundo, constrangimentos, interesses em causa, rotas petrolíferas preferidas e outras a evitar. Todos estes aspectos se inscrevem na lógica do *Novo Grande Jogo*, que não se restringe à competição pelo petróleo e gás natural: na verdade, a busca de influência económica está, quase sempre, ligada ao desejo de influência política.

## As Ambições e Estratégias das Grandes Potências no Contexto do *Novo Grande Jogo*

A riqueza energética da Ásia Central “transformou a região numa encruzilhada de rivalidade entre estados, de competição entre empresas e actores regionais (estatais e não-estatais)” (Torbakov, 2007: 366). As grandes potências económicas, bem como as multinacionais importantes não querem deixar de estar presentes nesta corrida à energia. O acesso às reservas petrolíferas e a rota que os oleodutos devem tomar, o debate sobre quem deve ser o responsável pela sua construção e manutenção, bem como a composição dos consórcios e firmas encarregues de tal, inserem-se nas premissas do *Novo Grande Jogo*. A disputa de influência relativamente aos consórcios petrolíferos – nomeadamente o *Caspian Pipeline Consortium* (CPC) e a *Azerbaijan International Operating Company* (AIOC) – é, também ela, uma componente integral do *Novo Grande Jogo*.

Como referem Jaffe e Olcott, “a questão do aprovisionamento seguro de petróleo, gás e outras fontes de energia tornou-se uma preocupação fundamental no pós-Guerra do Golfo” (Jaffe e Olcott, 2000: 68). De acordo com os autores, “os ex-combatentes estavam simplesmente fascinados com a ideia de que o antigo império soviético poderia facilmente ser espoliado das suas vastas riquezas petrolíferas” (Jaffe e Olcott, 2000: 68).

As rivalidades inerentes aos recursos energéticos do Mar Cáspio assumem uma complexidade crescente se tivermos em conta a divergência de interesses manifestados pelas grandes potências. Com efeito, quer os Estados Unidos, quer a Rússia e a China procuram influenciar as políticas domésticas dos estados centro-asiáticos, de modo a privilegiar os seus próprios objectivos estratégicos.

### *Os Objectivos dos Estados Unidos*

Começando pelos Estados Unidos, é indiscutível que as suas reservas de petróleo têm diminuído significativamente desde 1990. Isto explica que a diferença entre o consumo e a produção energética do país tenha vindo a ser progressivamente substituída pelo recurso à importação de petróleo. Enquanto a Administração Clinton sublinhava a “importância de uma política activa na Ásia Central”, o plano de energia da Administração Bush alertava, por sua vez, para a necessidade de se dedicar “muito mais esforço de forma a garantir um abastecimento externo adicional de energia”, referindo-se explicitamente à bacia do Mar Cáspio (Klare, 2002: 100).

Neste contexto, a Ásia Central é, obviamente, importante para Washington. Por outro lado, não se pode esquecer que a luta contra o terrorismo, que se seguiu aos ataques do 11 de Setembro, conferiu mais valor estratégico à região, quer no apoio às operações militares contra os Talibãs no Afeganistão, quer no combate aos movimentos islâmicos rebeldes. Além disso, é de realçar que os Estados Unidos estão interessados em fortalecer a independência das antigas repúblicas soviéticas, promovendo a democracia e a economia de mercado, ao mesmo tempo que procuram conter a influência russa e chinesa na região. Tendo em conta estes interesses económicos e estratégicos, não surpreende que Washington tenha estabelecido uma relação próxima com o Azerbaijão e o Cazaquistão, apesar dos baixos índices em direitos humanos e da falta de transparência verificados nestes países. Uma tal proximidade não impede, contudo, que os dirigentes das repúblicas centro-asiáticas suspeitem dos interesses americanos na região. Por outro lado, este clima de desconfiança explica, ainda que parcialmente, o desejo dos responsáveis centro-asiáticos em conservar um entendimento cordial com a poderosa vizinha Rússia.

#### *Os Objectivos da Rússia*

Contrariamente aos Estados Unidos, a Rússia possui uma longa tradição de boas relações com os estados da região, quanto mais não seja porque estes fizeram parte da antiga União Soviética durante mais de sete décadas. Assim se compreende que os laços demográficos, culturais e económicos tenham resistido à independência política em 1992. Efectivamente, a influência da cultura russa ainda é dominante na região. Isso manifesta-se através de vários exemplos. Muitos membros das elites económicas e políticas falam o russo e pagam os estudos dos seus filhos em universidades russas. Por outro lado, muitos russos vivem nos estados da região, particularmente no Cazaquistão, onde constituem mais de 30% da população (*World Fact Book* 2010). Finalmente, mais de uma década e meia depois da independência, as economias destes países continuam a depender consideravelmente da Rússia, sobretudo no que diz respeito ao sector energético.

A estratégia de Moscovo face à Ásia Central visa alcançar, essencialmente, dois objectivos. Em primeiro lugar, garantir o papel preponderante da Rússia na exploração, desenvolvimento e transporte dos recursos energéticos centro-asiáticos. Moscovo domina as exportações de gás natural do Turquemenistão e desempenha uma missão importante no que respeita ao controlo das exportações de petróleo cazaque. Por outro lado, as companhias russas têm um papel fundamental na exploração das reservas de petróleo e gás natural no Mar Cáspio, em cooperação com os governos

do Azerbaijão, Cazaquistão e Turquemenistão. Segundo Isabel Gorst, “importa sublinhar que a produção russa de gás natural tem sido relativamente fraca nos últimos anos”, de modo que “a Rússia planeia aumentar as suas importações de gás do Mar Cáspio/Ásia Central, onde o adquire a um preço muito baixo, para depois vender aos mercados europeus por um valor bem mais alto” (Gorst, 2006: 12). Por outro lado, como refere Catherine Belton, “o controlo das rotas de vários oleodutos confere à Rússia poder de negociação, deixando aos estados regionais, geograficamente isolados, pouca margem de manobra” (Belton, 2006: 6).

De acordo com Richard Weitz, “a Rússia está interessada em manter o seu estatuto de poder dominante na região, resistindo ao que alguns militares russos entendem ser uma intromissão dos Estados Unidos na zona de influência russa, no seu estrangeiro próximo” (Weitz, 2006: 158). Na verdade, como sublinha o autor, “muitos oficiais russos consideram a presença americana uma fonte de instabilidade por excelência” (Weitz, 2006: 158). Esta percepção tem que ver directamente com o facto dos altos responsáveis das forças armadas e dos serviços de segurança russos serem tradicionalmente anti-americanos e não aceitarem um enfraquecimento da influência de Moscovo na região. Efectivamente, eles consideram a expansão da NATO e a crescente presença militar americana na Ásia Central uma ameaça directa à segurança nacional russa.

### *Os Objectivos da China*

A China vê na Ásia Central uma oportunidade extraordinária para garantir a segurança do seu abastecimento energético. Na verdade, Pequim é movida por importantes razões securitárias ao tentar estabelecer com as repúblicas da Ásia Central “uma relação tradicional de vassalagem”, através de “investimentos, comércio e cooperação militar” (Swanstrom, 2005: 570).

Dada a sua enorme importância no mundo dos negócios, pela descoberta de petróleo e gás, bem como pela localização estratégica, a Ásia Central tem sido interpretada como o *Lebensraum* da China, ou o começo do *Novo Grande Jogo*, segundo P. Hopkirk, o início do *choque das civilizações*, de acordo com S. Huntington, ou, ainda, como a emergência do *grande xadrez* (na visão de Z. Brzezinski) (Zhang e Xu, 2004-2005).

O pensamento estratégico chinês face ao Mar Cáspio/Ásia Central é bastante semelhante ao da vizinha Rússia. Pequim e Moscovo partilham três grandes objectivos estratégicos: desenvolver os recursos energéticos da região, conter os movimentos extremistas e separatistas, assim como resistir à crescente presença (económica,

militar e estratégica) americana na região. No entanto, note-se que a capacidade da China ‘punir’ ou ‘premiar’ os actores regionais é menor do que a que possui Washington ou Moscovo. Mas, por outro lado, “o aumento do poder económico e militar chinês sugere que a estratégia de Pequim face à Ásia Central tem tendência a tornar-se mais assertiva num futuro relativamente próximo” (Bahgat, 2006: 20).

## Dois Jogos, Duas realidades

### *Diferenças e Semelhanças entre o Grande Jogo e o Novo Grande Jogo*

Uma vez caracterizado o *Grande Jogo* original, assim como o *Novo Grande Jogo*, vamos, agora, apontar as suas principais diferenças, a fim de procurarmos compreender a ‘validade’ e o sentido do segundo. Neste âmbito, pretende-se investigar a aplicabilidade e a precisão do conceito de *Novo Grande Jogo*. A presente análise basear-se-á na comparação dos seguintes pontos: local, actores, objectivos e meios utilizados por um e outro jogo.

Começando pelo local, importa reconhecer que é este elemento que permite a continuidade entre os dois Grandes Jogos. Apesar de não coincidirem exactamente no que respeita ao factor ‘localização geográfica’, não há como negar que, tanto um como o outro, ocorreram na mesma região. Naturalmente, o termo *região* pode revelar-se algo vago e relativo, pois depende sempre dos critérios de quem avalia. Se recorrermos às referências históricas inerentes ao *Grande Jogo*, verificaremos que elas são capazes de mencionar lugares tão específicos, como o Pankisi Gorge (na zona nordeste da Geórgia), ou outros bem mais vastos e imprecisos: o continente euro-asiático (Fromkin, 1980). Perante tal ambiguidade, é, contudo, inevitável, que exista uma certa sobreposição no que concerne ao contexto geográfico de um e outro jogo. Por outro lado, também não há como contornar as semelhanças geográficas dos dois jogos, se considerarmos, nomeadamente, a importância que o Afeganistão manifestou no quadro do *Grande Jogo*, e que continua, ainda hoje, a exercer relativamente aos imperativos (económicos, políticos, militares e culturais) do *Novo Grande Jogo*. Uma ressalva, contudo, já que o espaço geográfico exacto – que é referido por uma boa parte da literatura acerca do *Novo Grande Jogo* – corresponde à bacia do Mar Cáspio, situada a centenas de quilómetros a oeste do Afeganistão (Kelly, 2000).

E que dizer acerca dos actores? Aqui as diferenças são nítidas, aliás, as que mais sobressaem quando se trata de comparar os dois jogos. Como vimos anteriormente, os actores do *Grande Jogo* foram os impérios Russo e Britânico. Havia claramente uma desconsideração face a qualquer outro interveniente, fosse ele um líder local

ou, até mesmo, um povo indígena – todos deveriam subordinar-se aos interesses de britânicos e russos. Com o *Novo Grande Jogo*<sup>2</sup>, os actores mudaram significativamente não só em número, mas também em categoria. Enquanto o império britânico desapareceu, o russo (depois, União Soviética), desintegrou-se. De ora em diante, em vez de dois competidores directos, passou a existir uma panóplia de rivais, dos quais se destacam o Paquistão, a China, o Irão, Israel, a Turquia, os Estados Unidos e, também, a Rússia. Naturalmente, a estes actores é necessário juntarmos as novas repúblicas centro-asiáticas, que emergiram do colapso da União Soviética.

Importa ainda sublinhar que estes cinco estados (recentes) possuem, cada um, os seus próprios objectivos, ambições e métodos de os alcançar, o que veio transformar radicalmente o jogo de poder, até então existente na região. Tais estados estão longe de ser ‘insignificantes’ na balança do poder regional, já que têm capacidade de se posicionar no jogo em benefício próprio, de acordo com os seus interesses. Na verdade, como refere Stanley Hoffman, “é um erro tratar as questões em que estes países estão envolvidos como se os mesmos fossem peões num jogo de equilíbrio global, em vez de se ter em conta os méritos intrínsecos e os interesses das nações” (Hoffman, 1978: 175). Para um outro autor, Boris Rumer, os países centro-asiáticos, não são, certamente, ‘actores secundários’. De facto, para Rumer, é, essencialmente, devido ao facto destes estados (também) terem ambições e interesses na esfera regional que se pode e deve falar num “segundo patamar de análise do *Novo Grande Jogo*”, sendo que o primeiro nível diz directamente respeito à competição entre as grandes potências na Ásia Central (Rumer, 1993: 89). Por outro lado, não devemos esquecer os actores não-estatais, já que estes também integram (e de forma bastante activa, aliás) o segundo nível de análise do *Novo Grande Jogo*. Tais actores subdividem-se, ainda, na categoria supra-estatal (é o caso da NATO, das Nações Unidas e da OSCE) e infra-estatal (dos quais destacamos as organizações não-governamentais, as grandes multinacionais, os grupos de pressão, os grupos terroristas e as organizações criminosas).

---

2 Acerca da problemática do *Novo Grande Jogo*, recomenda-se a consulta de Ahmed Rashid, entre outras, a sua obra: *Islam, oil and the New Great Game in Central Asia*, Part 3, Chapter 11: Dictators and Oil Barons: The Taliban and Central Asia, Russia, Turkey and Israel – pp. 143-156; Chapter 12: Romancing the Taliban 1: The Battle for Pipelines 1994-96 – pp. 157-169; Chapter 13: Romancing the Taliban 2: The Battle for Pipelines 1997-99 – The USA and the Taliban – pp. 170-182. Nas páginas acima referidas, o autor aborda, para além da temática Talibã, a questão da competição pelo acesso aos recursos energéticos da Ásia Central, que é, como já foi explicado, um ponto fundamental nos contornos que o *Novo Grande Jogo* assume, presentemente, na região. Não deixa, por conseguinte, de ser interessante proceder-se à leitura das páginas acima indicadas, que vêm, no fundo, complementar os tópicos abordados neste artigo.



Passemos agora a uma breve comparação dos objectivos de um e outro jogo. O *Grande Jogo* era fundamentalmente um jogo de soma nula. Isto significa que um aumento da influência russa na região só poderia efectuar-se à custa de uma diminuição da influência britânica (ou vice-versa). O objectivo do *Grande Jogo* assentava na dominação geopolítica e imperial da região, através da administração directa, influência hegemónica ou aliança ideológica favorável. Por sua vez, os objectivos do *Novo Grande Jogo* revestem-se de uma diversidade e complexidade maiores, incluindo, ao nível estatal, o estabelecimento de uma hegemonia neo-imperialista, a formação de uma aliança cultural, a influência regional e a importância atribuída às preocupações securitárias dos estados envolvidos. Ao nível não-estatal, as prioridades centram-se, sobretudo, na maximização dos benefícios, na tentativa de assegurar os contratos e a posição dominante nos consórcios, bem como na influência local e nos objectivos político-religiosos.

Por fim, abordemos os meios utilizados pelo *Grande Jogo* e pelo *Novo Grande Jogo*. Uma das diferenças mais evidentes tem que ver com o facto de no segundo jogo, o uso ‘despreocupado’ da força militar se revelar muito mais contido, apesar de ser difícil quantificá-lo. Na verdade, a utilização agressiva do poder é dificilmente aceitável no sistema internacional contemporâneo. Certamente, ainda existem manifestações de força aqui e acolá, mas há que reconhecer que o grau com que esta é exercida – sem justificação legítima – tem diminuído ao longo dos anos, entre o *Grande Jogo* original e o novo.

À parte o grau de utilização e de intensidade da força militar, devemos ter em conta que o antigo *Grande Jogo* era, no geral, uma disputa de ‘bastidores’, uma guerra ‘de agentes secretos’ actuando em pequenos grupos ou sozinhos, deixados, por vezes, à sua própria iniciativa. A força militar, contudo, era vista como um instrumento auxiliar para reforçar a hegemonia e o controlo. Quanto ao *Novo Grande Jogo*, importa referir que a variedade de objectivos dos actores é causa, por sua vez, de uma multiplicidade de métodos, com o intuito de consolidar a influência política na Ásia Central, que vão desde a formação de alianças corporativas, manipulação da imprensa e negociação diplomática, até à mobilização de tropas. Ao contrário da versão original, que recorria a agentes secretos operando *per se*, o *Novo Grande Jogo* conduz-se tanto no terreno, isto é, na Ásia Central e no Transcáucaso, como nas negociações que têm lugar em Londres, Nova Iorque ou Moscovo.

O antigo *Grande Jogo* dizia respeito a uma competição directa entre dois poderes, sem que nenhuma outra forma de interferência fosse tolerada. O contexto da época, caracterizado pela edificação e expansão dos impérios, era propício a que as alterações das fronteiras dos estados ou a dissolução dos mesmos, assim como a sua manipulação e controlo, fossem possíveis e, inclusivamente, utilizadas enquanto instrumento de política. Com efeito, os estados nos quais o *Grande Jogo* teve lugar,

não gozavam da protecção de nenhum dos impérios, sendo até tratados como meros 'joguetes'. Porém, no contexto do sistema internacional contemporâneo, a competição do *Novo Grande Jogo* é bastante diferente. De facto, a dissolução dos impérios, depois da Segunda Guerra Mundial, juntamente com a criação das Nações Unidas e a consolidação do sistema jurídico internacional, originaram um sistema de protecção estatal, no qual as fronteiras dos países, a sua integridade e soberania devem ser respeitadas no quadro da lei internacional. Todas estas alterações no sistema internacional têm um impacto considerável no *Novo Grande Jogo*, já que, actualmente, os estados não podem ser violados, dissolvidos, aniquilados ou controlados, ao contrário do que sucedia no passado.

Uma característica interessante acerca do *Grande Jogo*, como refere Edward Ingram, é que "não era fundamental vencer o adversário, desde que isso não implicasse, contudo, a própria derrota" (Ingram, 1979: 339). No *Novo Grande Jogo*, a situação é diferente, já que aqui o objectivo primordial consiste, claramente, em ganhar. Por outro lado, importa referir que a análise custo/benefício dos dois jogos é bastante diferente. No caso do *Grande Jogo*, o proveito residia na segurança reforçada e no prestígio proporcionados pelo controlo territorial, enquanto, no geral, os custos dos ganhos territoriais eram bastante mais elevados do que os benefícios que, na realidade, daí advinham (Odom, 1998). Já no que respeita às recompensas do *Novo Grande Jogo*, estas são mais óbvias e abundantes: lucro monetário, garantia de abastecimento energético, crescimento económico nacional, 'renascimento' cultural islâmico, fortalecimento da posição político-militar. Por sua vez, os custos do *Novo Grande Jogo* podem ser medidos, por um lado, financeiramente, em biliões de dólares, por outro, ao nível das preocupações securitárias, já que estas são incomensuráveis (Odom, 1998).

Há um outro aspecto importante, na comparação dos dois jogos, que não deve ser descurado: a natureza da política. Com efeito, se a essência do *Grande Jogo* privilegiava, sobretudo, a questão da colonização e da disputa militar entre dois impérios, o *Novo Grande Jogo* nada tem que ver com as *high politics*. Ao contrário, ele move-se na esfera das *low politics*, na medida em que as temáticas que aborda se relacionam com "a criação de nichos de influência na Ásia Central" (Shams-Ud-Din, 1997: 340).

### *Novo Grande Jogo: Um Conceito 'Válido'?*

Tendo em conta as diferenças consideráveis e as curtas semelhanças entre os dois jogos, poderemos questionar-nos até que ponto o termo *Novo Grande Jogo* é, ou tem sido adequadamente empregue para descrever o clima de competição (pelo

acesso aos recursos energéticos, entre outros) vivido na Ásia Central. Na opinião de certos autores, entre os quais, Matthew Edwards, tal conceito não se aplica correctamente à conjuntura regional. De facto, actualmente, a situação política, económica, militar e cultural é radicalmente distinta da do *Grande Jogo* (Edwards, 2003).

Na prática, as únicas semelhanças reais entre o *Grande Jogo* e o *Novo Grande Jogo*, apesar de escassas, centram-se na localização geográfica e na perspectiva romântica, exótica, obscura e remota apontada por alguns comentadores relativamente aos acontecimentos que têm lugar no Transcáucaso e na Ásia Central. Dito isto, e dada a fraca simbiose entre os dois jogos, existe, de certo modo, o perigo do significado correntemente atribuído ao conceito de *Novo Grande Jogo* não ser totalmente compreendido.

A questão de saber se, efectivamente, existe ou não um *Novo Grande Jogo*, não foi (ainda) respondida de forma definitiva. Por outro lado, os académicos, comentadores e analistas que utilizam este conceito sem restrições, acabam, directa ou indirectamente, por fazer passar a imagem de que concordam com ele.

Para Jaffe e Olcott, “a situação vivida na Ásia Central, onde os interesses das grandes companhias petrolíferas se confundem com a disputa política, assemelha-se muito mais às dificuldades inerentes à obtenção de concessões na Arábia Saudita (de há cerca de 100 anos), do que, propriamente, ao *Grande Jogo* do século XIX, banalmente citado no caso dos recursos do Mar Cáspio” (Jaffe e Olcott, 2000: 75). Ou, como refere laconicamente Shams-Ud-Din, “a geopolítica da Ásia Central contemporânea é qualitativamente diferente do *Grande Jogo* do século XIX” (Shams-Ud-Din, 1997: 342).

De acordo com Matthew Edwards, “o conceito de *Novo Grande Jogo* apenas faz sentido caso se refira a uma situação que é única” (Edwards, 2003: 94). Ora, não é isto que se verifica já que a luta pela influência é um componente integral do sistema económico e político internacional. De facto, como sublinha Stephen Blank, “os actores agem de acordo com os velhos postulados do realismo e da *realpolitik*” (Blank, 1999: 150). Por outro lado, muitas das medidas que eles tomam, e que visam aumentar a sua influência política, inscrevem-se na própria lógica da economia de mercado.

Os acontecimentos descritos no *Novo Grande Jogo* não se confinam à Ásia Central, o que nos leva a questionar se estes podem ou não ser isolados do contexto do sistema internacional, da economia de mercado e das realidades políticas. Recorrendo ao exemplo mais comum do *Novo Grande Jogo* – a disputa pelas concessões de petróleo e gás natural – facilmente constatamos que situações como estas ocorrem em todos os lugares ricos em recursos energéticos, frequentemente com os mesmos actores (ou tipo de actores) que estão envolvidos na Ásia Central. Por

exemplo, interacções comerciais semelhantes às que têm lugar na Ásia Central, já sucederam na Arábia Saudita, no início do século XX, bem como na Nigéria, nas últimas décadas.

Não se pense, contudo, que o facto das empresas se encontrarem em permanente disputa para conseguirem que os seus contratos sejam assegurados é algo que apenas diz respeito às indústrias do petróleo ou do gás natural. De facto, em qualquer situação comercial em que duas ou mais empresas estão presentes, é natural, para não dizer evidente, que elas compitam entre si e procurem encontrar a melhor forma de conquistar clientes. Neste contexto, poderíamos facilmente argumentar, utilizando o modelo fornecido pelos promotores do *Novo Grande Jogo*, que existem, afinal, outros '*Novos Grandes Jogos*' em desenvolvimento no mundo inteiro. Assim sendo, compreende-se desde logo, que a situação na Ásia Central não possa ser considerada, de todo, 'única'.

Há um outro aspecto que contribui para tornar a analogia entre o *Grande Jogo* e o *Novo Grande Jogo* ainda mais improvável. Se o primeiro excluía qualquer forma de cooperação, o segundo apoia-se, por estranho que pareça, em grande parte, nesta. Na verdade, a competição continua a fazer parte da economia de mercado, apesar das multinacionais que exploram o petróleo e o gás estarem ligadas entre si através de várias parcerias e consórcios espalhados pelo mundo, demonstrando que privilegiam a cooperação. Mas não só as multinacionais, já que, ao nível estatal, também se tem verificado uma grande vontade de colaboração no que respeita à importação e exportação de petróleo e de gás natural, dado que nenhum estado é capaz, sozinho, de dominar o mercado. Efectivamente, a alegada competição no que concerne às rotas dos oleodutos não impediu que estes fossem construídos, atravessando, para o efeito, o território de vários estados regionais. Até mesmo a Rússia e a China, que disputam directamente, como se sabe, a influência política na região, priorizam a cooperação em matéria económica, política, militar, entre outros domínios (*The Moscow Times*, 2002). Se quisermos mais um exemplo de como o conceito de *Novo Grande Jogo* está desadequado à realidade da Ásia Central, basta repararmos nas sinergias multilaterais, presentes, entre outros aspectos, na emergência de vários tratados e organizações, tais como o *Tashkent Collective Security Treaty* (1992), a *Central Asian Nuclear Weapons Free Zone* (1993), a *Central Asian Economic Community* (1994), ou o *Shanghai Forum* (2000) (Allison e Jonson, 2001).

A juntar aos argumentos já referidos, a questão da importância exacta do alegado *Novo Grande Jogo* deve também ser abordada. Por outro lado, o lugar que este ocupa nos assuntos políticos de cada estado deve, igualmente, ser examinado, no sentido de se procurar responder à pergunta que foi colocada há mais de meio século atrás: "Será a disputa pelo controlo da Ásia Central um assunto crucial no quadro da política mundial?" (Strausz-Hupé, 1942: 155). A resposta é não, se tiver-

mos em conta os interesses das principais potências mundiais da actualidade que, contrariamente aos impérios russo e britânico do século XIX, não vêem na região (apesar de toda a importância que esta tem) uma zona prioritária em termos de política externa. De facto, a Rússia de Yeltsin e, depois, de Putin tem, sobretudo, procurado o ‘caminho do ocidente’ no que respeita à sua política externa, concentrando-se na expansão da NATO e na defesa contra os mísseis balísticos (Harada, 1997). Por outro lado, tem sido argumentado que “a Ásia Central e Ocidental desempenha um papel secundário na política externa chinesa, já que esta não procura influência política ou económica directa” (Maass, 1999: 77). E, se bem que o potencial económico da Ásia Central seja relevante aos olhos de Pequim (aliás, tal como as questões de segurança ligadas ao Xinjiang), verificamos, outra vez, que os assuntos de política externa e de segurança mais importantes não estão localizados na Ásia Central. No que respeita ao tema da segurança, a questão de Taiwan absorve, quase por completo, a atenção da Pequim, enquanto, a nível energético, o potencial da Ásia Central é compensado pelos recursos existentes nos mares do sul da China e na Sibéria. Por fim, no caso dos Estados Unidos, importa referir que até que os contornos do 11 de Setembro se tornassem claros, a Ásia Central era, em termos de segurança, pouco mais do que um complemento na estratégia militar americana, tendo Washington canalizado a sua atenção sobretudo para oeste, concretamente para o Golfo Pérsico. Mesmo agora, o interesse americano na Ásia Central será, provavelmente, de curta duração.

### Breves Conclusões

É possível constatar que os actores, objectivos e métodos utilizados por um e outro jogo são de tal modo díspares que nos levam a questionar a real validade e aplicabilidade do conceito de *Novo Grande Jogo*. Em conclusão, apesar da relativa banalização em que o termo mergulhou, este não pode ser tido como verdade absoluta e ‘intocável’. Para quê insistir em recorrer a um conceito que, afinal, pouco ou nada tem que ver com o *Grande Jogo*? Por outro lado, como este artigo procurou demonstrar, o *Novo Grande Jogo* é tudo menos... ‘novo’. Nada possui de verdadeiramente inovador ou de único que possa, eventualmente justificar tal designação. Na verdade, a disputa pelos recursos energéticos não é uma característica ‘exclusiva’ da Ásia Central. A competição está, ao contrário, presente nos mais diversos quadrantes da economia mundial. E, por falar em competição, importa lembrar que nem mesmo esta se revela um ponto de convergência entre os dois jogos, já que, ao contrário do *Grande Jogo* original, o segundo não diaboliza a cooperação, antes a valoriza.

Guiadas pelo olhar prudente da geopolítica, as evidências históricas contribuem para desconstruir a falsa imagem que se foi estabelecendo em redor da noção de *Novo Grande Jogo*. Em bom rigor, é menor o que une os dois jogos do que aquilo que os separa.

### **Referências Bibliográficas**

#### **Monografias**

- Allison, Roy e Lena Jonson (2001). *Central Asian Security: The New International Context*. London & Washington D.C.: The Royal Institute of International Affairs & The Brookings Institution.
- Bryson, Shareen e Karl Meyer(1999). *Tournament of Shadows: The Great Game and the Race for Empire in Asia*. Washington D.C.: Counterpoint.
- Hoffman, Stanley (1978). *Primacy or World Order: American Foreign Policy since the Cold War*. New York: McGraw-Hill.
- Ingram, Edward (1979). *The beginning of the Great Game in Asia: 1828-1834*. Oxford: Clarendon Press.
- Jaffe, A. Myers e M. Brill Olcott (2000). *The Geopolitics of Caspian Energy, the Euro-Asian World: A Period of Transition*. London: MacMillan Press.
- Keohane, Robert e Joseph Nye (2001). *Power and Interdependence*. New York: Longman.
- Rashid, Ahmed (2000). *Taliban: Islam, Oil and the New Great Game in Central Asia*. New York: Tauris.
- Roy, Olivier (2000). *The New Central Asia*. New York: New York University Press.
- Strausz-Hupé, Robert (1942). *Geopolitics: The Struggle for Power*, New York: G.P. Putnam's Sons.

#### **Artigos/Revistas**

- Bahgat, Gawdat (2006). "Strategic Rivalry in the Caspian Sea", Prepared for delivery at the 2006 Annual Meeting of the American Political Science Association, August 30<sup>th</sup>-September 3.

- Belton, Catherine (2006). “Caspian Great Game Back on” em *Moscow Times*, May 5.
- Blank, Stephen (1999). “Every shark east of Suez: great power interests, policies and tactics in Transcaspian energy wars” em *Central Asian Survey*, Vol. 18, No. 2.
- Edwards, Matthew (2003). “The New Great Game and the new great gamers: disciples of Kipling and Mackinder” em *Central Asian Survey*, 22 (1), March.
- Fromkin, David (1980). “Great Game in Asia” em *Foreign Affairs*, Vol 58, No 4, Spring.
- Gorst, Isabel (2006). “Struggle for Gas Intensifies” em *Petroleum Economist*, Vol. 73, No. 5, May.
- Harada, Chikahito (1997). “Russia and North-east Asia” em *Adelphi Paper 310*, Oxford: International Institute for Strategic Studies/Oxford University Press.
- Hopkirk, Peter (2002). “The Great Game revisited?” em *Asian Affairs*, Vol 33, Part I.
- Huasheng, Zhao (2009). “Central Asian Geopolitics and China’s security” em *Strategic Analysis*, Routledge, Vol. 33, No. 4, July.
- Iseri, Emre (2009). “The US Grand Strategy and the Eurasian Heartland in the Twenty-First Century” em *Geopolitics*, 14: 1.
- Kelly, David (2000). “End of the Great Game: British intervention in Russia’s Southern Borderlands and the Soviet response” em *The Journal of Slavic Military Studies*, Vol. 13, No. 4.
- Kenny J., Henry (2004). “China and the Competition for Oil and Gas in Asia” em *Asia Pacific Review*, Vol. 11, No. 2.
- Klare, Michael (2002). “Global Petro-politics: the Foreign Policy Implications of the Bush Administration’s Energy Plan” em *Current History*, March.
- Lansford, Tom (2002). “The Great Game renewed? US – Russian rivalry in the arms trade of South Asia” em *Security Dialogue*, vol. 33, no. 2, June.
- Maass, Citha (1999). “The Afghanistan conflict: external involvement” em *Central Asian Survey*, Vol. 18, No. 1.
- Morgan, Gerald (2001). “The Legend of the Great Game” em *Proceedings of the British Academy*, No. 111.

- \_\_\_\_\_ (1973). "Myth and reality in the Great Game" em *Asian Affairs*, vol. 60, February.
- Peyrouse, Sébastien (2009). "Central Asia's growing partnership with China" em *EU - Central Asia Monitoring Working paper*, No.4, October.
- Rumer, Boris (1993). "The Gathering Storm in Central Asia" em *Orbis*, Vol. 37, No. 1.
- Shams-Ud-Din (1997). "The New Great Game in Central Asia" em *International Studies*, Vol. 34, No. 3.
- Swanstrom, Niklas (2005). "China and Central Asia: a New Great Game or Traditional Vassal Relations?" em *Journal of Contemporary China*, 14(45), November.
- Torbakov, Igor (2007). "The West, Russia and China in Central Asia: What kind of game is being played in the region?" em *Transition Studies Review*, Volume 14, Number 1, May.
- Weitz, Richard (2006). "Averting a New Great Game in Central Asia" em *Washington Quarterly*, Vol.29, No.3, Summer.
- Worley, Waco (2006). "Building ties that bind? The role of Central Asia in Chinese oil security" em *Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association*, Town & Country Resort and Convention Center, San Diego, California, USA, March 22.
- Xu, Xiaojie (1999). "The oil and gas links between Central Asia and China: a geopolitical perspective" em *OPEC review*, March.
- Zhang, Weiwei e Xu Jin (2004-2005). "An Observation of Security Cooperation between China and the Central Asian Countries" em *International Strategic Studies*.

### **Recursos electrónicos (documentos e artigos)**

- Burles, Mark (1999). *Chinese Policy Toward Russia and the Central Asian Republics*, Prepared for the United States Air Force by RAND's Project Air Force, disponível em [www.rand.org/pubs/monograph\\_reports/2007/MR1045.pdf](http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/2007/MR1045.pdf), data de acesso 20/9/2010.
- "China Pipeline terms agreed" em *The Moscow Times*", Reuters, 26 July 2002, disponível em [www.themoscowtimes.com/stories/2002/07/26/045.html](http://www.themoscowtimes.com/stories/2002/07/26/045.html), Data de acesso 3/8/2010.



Jackson, Alexander (2009). “China and Central Asia” em *Caucasian Review of International Affairs*, CU Issue 33, May 19, disponível em [http://cria-online.org/CU\\_-\\_file\\_-\\_article\\_-\\_sid\\_-\\_41.html](http://cria-online.org/CU_-_file_-_article_-_sid_-_41.html), data de acesso 22/07/2010.

Odom, William (1998). “The Caspian Sea littoral states: the object of a New Great Game?” em *Caspian Crossroads*, Vol 3, No 3, disponível em [www.ourworld.compuserve.com/homepages/usazerb/332.htm](http://www.ourworld.compuserve.com/homepages/usazerb/332.htm), data de acesso 30/07/2010.

Olic, Nelson (2004). “Geopolítica da Nova Ásia Central” em *Revista Pangea*, disponível online em [www.clubemundo.com.br/revistapangea/show\\_news.asp?n=246&ed=4](http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=246&ed=4), data de acesso 2/7/2010.

“World Fact Book” em *Central Intelligence Agency*, disponível online em [www.cia.gov](http://www.cia.gov), data de acesso 28/07/2010.